



O JORNALISTA CARLOS CASTELLO BRANCO E A ANISTIA DE 1979: CRÔNICAS DE UMA NEGOCIAÇÃO POLITICA

Mayara Paiva de Souza¹

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Goiás, Brasil

mayaratapajos@hotmail.com

Resumo: Neste texto pretendo analisar as crônicas políticas de Carlos Castello Branco publicadas no Jornal do Brasil ao longo do ano de 1979, ano da lei da Anistia concedida pelo governo militar. Para tanto, tomo o jornalista como problema, visto que sua coluna diária se tornou um espaço privilegiado de negociação política entre esquerda e direita. Cronista renomado, tido como um “observador isento”, Castello Branco entrou para a história como o “pai do jornalismo político no Brasil”.

Palavras-chave: Carlos Castello Branco, Anistia, Coluna do Castello.

A história política do Brasil é uma área de pesquisa que há muito tem chamado minha atenção. Dentro do meu interesse pelos períodos ditatoriais do governo brasileiro, Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Militar (1964-1985), frequentemente tenho me deparado com as crônicas políticas de um importante jornalista que vivenciou os dois períodos. Carlos Castello Branco, o Castelinho, desenvolveu importante carreira na imprensa em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Brasília. O colunista político acompanhou a política nacional com seus textos objetivos, informativos e breves. Desta forma tornou-se fonte obrigatória para quem se interessa pela política brasileira durante o século XX.

¹ Doutoranda em história (UFG). FAPEG

Por ser uma leitura freqüente em minhas pesquisas sobre a anistia de 1979, tomarei como objeto para este texto a famosa “Coluna do Castello” publicada no *Jornal do Brasil*. Pretendo analisar como Carlos Castello Branco acompanhou o debate sobre a anistia em 1979, tido como o principal projeto do governo para a abertura do regime. Parto do pressuposto que Castello Branco era um jornalista que escrevia para uma elite política engajada e sua coluna funcionava como uma mediação entre o governo e a oposição, era um “lugar de negociação política”. Apesar de meu interesse estar na discussão sobre anistia apresentada na “Coluna do Castello” durante o ano de 1979, não poderia deixar de abordar questões que apontem sobre quem foi Castello Branco e porque desempenhou um papel tão importante no jornalismo político no Brasil. De acordo com Dominick LaCapra (1998), não se pode pleitear uma relação na qual o entendimento da “vida real” leva a uma apreensão interpretativa do texto, até porque um escritor pode mobilizar-se mais para defender ou realizar algo em seu texto que em sua vida. Dessa forma, os textos são eles mesmos importantes eventos na vida. Tomamos a “Coluna do Castello”, não como resíduos de sua trajetória, mas como constitutivos em relação à sua vivência.

Embora meu interesse maior esteja nas crônicas políticas de Castello, recorrerei à análise dos textos que foram escritos sobre o jornalista, tais como suas entrevistas discursos e homenagens que foram publicadas após a sua morte. O dicionário Biográfico Brasileiro dedicou um verbete ao jornalista, o Senado Federal o homenageou após dez anos de sua morte, a Fundação Rui Barbosa mantém um grande acervo sobre Castello e atualmente temos uma página da internet dedicada ao famoso jornalista. Apesar de não contar com uma biografia ou uma autobiografia oficial, percebemos uma tentativa de preservar a memória do jornalista Carlos Castello Branco por intermédio, principalmente, do arquivo organizado por sua filha que deu base para a construção do site que armazena toda a sua “Coluna do Castello”, sua história de vida, cartas, discursos e elenca as suas principais obras publicadas². Como afirmou Philippe Artières (1997), o arquivo é tanto um ato de poder quanto uma tentativa de resistência. Luciana, filha de Castello Branco, arquivou a vida do pai em uma tentativa de mantê-lo vivo na memória nacional, fazendo-o presente. Nessa mesma linha de construção da memória do jornalista, em 2002 o Senado Federal prestou homenagem à Carlos Castello Branco e

² www.carloscastellobranco.com.br

publicou os discursos pronunciados em sua homenagem na obra “*Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil*”.

Castello concedeu diversas entrevistas que foram publicadas em livros e em um filme produzido por Glauber Rocha³. Escreveu contos, mas suas principais obras são sobre o período da ditadura militar e sobre a renúncia de Jânio Quadros⁴. Castello narrou os fatos que viu e ouviu, por isso é considerado uma importante testemunha dos acontecimentos turbulentos da ditadura militar brasileira.

Chamado de jornalista-historiador por seus pares, Carlos Castello Branco foi um dos maiores jornalistas político do Brasil. Sua coluna diária publicada na página dois do *Jornal do Brasil*, a “Coluna do Castello”, acompanhou mais de trinta anos da história política do país. Exímio observador, Carlos Castello Branco narrava os principais acontecimentos da política brasileira cotidianamente. Como repórter político, Castello Branco viveu importantes fases da história do Brasil, tais como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), dessa forma, suas reportagens, notas e sua coluna diária se tornaram um importante testemunho sobre nossa história, uma vez que Castello Branco priorizava a necessidade de informar a sociedade de “tudo o que se passava na política brasileira, fosse bom ou mau, certo ou errado” (CHAGAS, 2006). De acordo com o próprio Carlos Castello Branco, em entrevista concedida pouco tempo antes de sua morte a Carlos Chagas e publicada em 2006, a função do jornalista é apurar os fatos e torná-los inteligíveis ao leitor. Todavia, segundo Carlos Chagas (2006), Castello Branco, o “papa do jornalismo político brasileiro”, não foi um anjo de isenção, ao narrar os fatos deixava clara a sua preferência pela União Democrática Nacional (UDN) e sua aversão pela esquerda radical. Em várias crônicas escreveu sobre a sua própria trajetória como jornalista “simpatizante da UDN” e que, enquanto liberal, sofrera com Estado Novo”⁵.

Meu interesse pelo jornalista nasceu de pesquisas sobre a anistia no período da ditadura militar. Castello Branco tem me dado importantes pistas para a análise dos

³ O filme “*Idade da Terra*” foi o último longa-metragem de Glauber Rocha e contou com a participação de Carlos Castello Branco com uma entrevista conduzida pelo ator Antonio Pitanga no início da década de 1980.

⁴ Publicou *Continhos Brasileiros* (1952), *Arco do Triunfo* (1958), *Idos de Março* (1964), *Introdução à Revolução de 1964* (1975), *Os Militares no Poder* (1976-1979), *Retratos e Fatos da História Recente* (1994), *A Renúncia de Jânio* (1996).

⁵ Jornalismo e engajamento político, 06/03/1983. (CCB).

principais problemas que venho pesquisando sobre o período. As crônicas políticas de Carlos Castello Branco são fontes recorrentes nos estudos sobre a ditadura militar. Ao longo dos anos, Castello procurou informar a sociedade sobre o cenário político do país, mas também procurou formar em seu público leitor uma convicção liberal. Segundo Lúcia Grinberg (2011), as crônicas de Carlos Castello Branco são exemplares para a reflexão sobre a democracia representativa no Brasil, uma vez que o jornalista era um analista engajado.

Embora não tivesse o controle do método historiográfico, Castello Branco escreveu história, uma história imediata que nos possibilita pensar a curta duração e a interpretação dos contemporâneos sobre os acontecimentos. Por intermédio de seu testemunho analiso o processo de anistia de 1979, pela narração e interpretação de Castello Branco acompanho as negociações, idas e vindas da anistia no período da ditadura militar. Neste texto não pretendo fazer uma biografia de Carlos Castello Branco, mas a partir de sua coluna diária publicada no *Jornal do Brasil*, especificamente no ano de 1979, pretendo realizar uma análise de seu tempo a partir desse sujeito histórico, tento vislumbrar a história do período por intermédio de seu testemunho e “entrever” a história – ainda que como terra estrangeira – pelas lentes de Castello Branco. Castello nos dá acesso aos eventos e ao mesmo tempo interfere na construção de tais eventos.

Como destacou Vavy Pacheco (2006), a história de vida é uma forma de mostrar laços entre presente e passado, memória e projeto, indivíduo e sociedade e experimentar o tempo como prova de vida. Todavia, devemos tomar alguns cuidados ao analisarmos uma trajetória de vida, Bourdieu em seu famoso texto “A ilusão biográfica” (2006) fez duras críticas à tentativa de encontrar uma linearidade do percurso de uma vida, uma vez que não devemos narrar uma vida buscando finalismos. Sabendo que a vida não segue um “fio de Ariadne”, pois é descontínua, tomamos a análise da experiência de Castello Branco, a partir, principalmente, das encruzilhadas, das escolhas e das possibilidades.

“Mineiro do nordeste”, como gostava de se autodefinir, Castello Branco nascera em Teresina-PI em 25 de junho de 1920. Filho de um importante desembargador no Piauí, Castello Branco foi fazer o curso pré-jurídico da Faculdade de Direito em Belo Horizonte a partir de 1937, permanecendo em Minas Gerais durante todo o Estado

Novo. Para manter-se em Minas, Castello começou a trabalhar no jornal o *Estado de Minas* pertencente à cadeia dos Diários Associados. Costumava dizer que não escolheu o jornalismo como carreira, o jornalismo foi um meio de vida que encontrou em Minas Gerais e acabou ficando, foi a profissão que apareceu. Precisava de um trabalho, soube de uma vaga no jornal e se candidatou a ela no início do ano de 1939. Sobre seu ingresso no jornalismo Castello relatou em entrevista concedida a Carlos Chagas:

Eu estava há dois anos em Belo Horizonte, tinha amigos, um deles o jornalista Arquimedes Mota. Pedi uma oportunidade e ele me levou para o Estado de Minas; a mim e a outro colega que também precisava de emprego. Passamos 20 dias fazendo um teste. Depois disso o chefe de redação, Orlando Bonfim Júnior, posteriormente um dos dirigentes do Partido Comunista, foi meu primeiro chefe. Disse o Arquimedes: “Olha, dos dois que você trouxe, quero aquele que escreve parecendo que escreve pedido para lavadeira”. – Era eu. (CHAGAS, 2006, p. 24).

Com o ingresso no *Estado de Minas* Castello foi tomado pelo jornalismo e quando terminou o curso de Direito em 1943 já não tinha interesse em advogar. Ganhava no jornal o que um advogado iria demorar a ganhar. Portanto foi levado pela mecânica da profissão e continuou: “as contingências de ganhar a vida depois de assumir compromissos de família, filhos, movem-nos para uma profissão e exercemos a função que o destino nos reservou” (CHAGAS, 2006, p.25). Castello queria mesmo é ser escritor, mas o jornal o absorveu. Apesar de ter se consagrado como um dos principais jornalistas do Brasil, Castello eventualmente destacava que nunca sonhou com tal carreira. Em entrevista concedida à Adriana Zarvos o colunista confessou que a vida o “empurrou” para o jornalismo:

Eu não me sentia identificado com o jornalismo, tinha aspiração de ser escritor, pela convivência com aquele grupo mineiro. Lia muita literatura, passei a ter uma certa aspiração literária, de me realizar literariamente. Escrevi uns contos, um romance, mas continuei sempre muito vinculado a jornal. Aí me casei, comecei a ter filhos, passei a ter a minha vida muito prisioneira ao negócio de jornal. Quando verifiquei, numa certa altura da vida, aos 40 anos, eu não era escritor, era jornalista, aí aceitei a situação. Eu não me considero um escritor, porque, pelas contingências da minha vida, fui jornalista. Mas acho que o jornalismo é uma maneira de expressão secundária, uma atividade sem maior importância. O jornalismo de maneira geral, é uma atividade inferior. Mas fui me entregando ao dia-a-dia da vida, e aceitei a realidade. Não lutei para ter a minha condição de escritor.⁶

A estadia em Minas Gerais durante todo o período do Estado Novo foi muito importante em sua formação. Em Belo Horizonte passou a conviver com intelectuais e

⁶ In: Castello 50 anos de jornalismo. Entrevista cedida à Adriana Zarvos, em 1986, editada por Luciano Trigo.

políticos que formaram uma importante geração mineira como, Otto Lara Resende, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Autran Dourado, entre outros. Enquanto subsecretário de redação do *Estado de Minas*, Castelinho, como passou a ser chamado, esteve próximo à geração de escritores e intelectuais mineiros. Sua proximidade com os políticos mineiros intensificou-se a partir do fim do Estado Novo em 1945 e a criação da União Democrática Nacional (UDN), mesmo próximo dos udenistas, Castello Branco não chegou a engajar-se formalmente no partido.

Em Minas Gerais Castello Branco se tornou um grande jornalista, fez sólidas amizades, enriqueceu-se intelectualmente, mas como afirmava, “viver em Minas enriquece, mas não é fácil”. Em suas publicações posteriores, Castello demonstrou que esse foi um período difícil de sua vida, estava sempre do lado de fora observando a vida mineira:

Aqueles jovens com os quais atravessava as noites na redação de jornais ou nas longas palestras dos dias de folga tratavam-nos com brandura sem nos abrir a intimidade, no fundo incoquível. Há uma reserva natural no mineiro (...). Vivendo em Belo Horizonte dos 16 aos 24 anos (...) não tive a oportunidade de entrar em uma casa de família mineira.⁷

Castelinho costumava narrar como nascera sua amizade com Otto Lara Resende para comprovar a solidão que sentia em Minas Gerais:

Lembro-me de que, nas minhas caminhadas, certo fim de tarde passei pela casa do que se tornaria o meu querido amigo Otto Lara Resende. Do alto da sua janela e eu na rua, conversamos e não acudiu ao Otto que com um gesto me faria transpor a porta e ingressar na sua casa. Claro que a adolescência e o princípio da juventude vividos na solidão, longe do calor familiar, deixam ressentimentos e é possivelmente em nome deles que rememoro antigas situações sem com isso querer agravar meus melhores amigos, quase todos da velha cepa mineira.⁸

Em 1945 Castello Branco mudou-se para o Rio de Janeiro à convite de Carlos Lacerda. foi para *O Jornal*, principal órgão dos Diários Associados, onde chegou a assumir o cargo de secretário-geral. Foi neste periódico que Castello Branco começou a escrever análises políticas e a assinar uma coluna. Em 1950 tornou-se editor político do *Diário Carioca* onde assinava a coluna “Diário de um repórter”. Em 1953 Castello Branco assumiu a edição da *Tribuna da Imprensa* e tornou-se correspondente político da *Folha de São Paulo* e colaborador do *Estado de São Paulo*.

⁷ Coluna do Castello, 15-03-1979. Disponível em: WWW.carloscastellobranco.com.br

⁸ Idem.

No início do governo de Jânio Quadros, em 1961, Castello Branco mudou-se para Brasília onde assumiu o cargo de secretário de imprensa do presidente, segundo o próprio Castelinho esse período foi muito importante em sua carreira como jornalista político, uma vez que possibilitou que ele conhecesse os meandros da política e pudesse identificar quem realmente mandava na política brasileira. Todavia, com a renúncia de Jânio Quadros, Castello Branco assumiu a sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília a partir de 1962. Um ano depois nasceria a “Coluna do Castello”, coluna política publicada no *Jornal do Brasil* durante mais de trinta anos. A “Coluna do Castello”, publicada cotidianamente na página 02 do jornal, era uma das principais referências para os interessados na política nacional, lida pelas principais lideranças políticas do país. Durante a ditadura militar a “Coluna do Castello” funcionava como um “congresso” para muitos políticos.

Em 1976 Castello Branco foi eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Em 1978 recebeu prêmios internacionais como o Maria Moors Cabot, pela Universidade de Columbia, Nova York, e o Prêmio Mergenthaler, de liberdade de imprensa. Foi eleito integrante da Academia Brasileira de Letras em novembro de 1982, ocupando a cadeira do jornalista Raimundo Magalhães Júnior. Além disso, fez parte da Academia Piauiense de Letras, na qual ocupou a cadeira do pai.

Escreveu sua famosa coluna política durante 31 anos da história do Brasil, enquanto jornalista acompanhou a política do país durante a vigência do governo de treze Presidentes da República, como afirmou Otto Lara Resende em carta à Castello Branco: “A República lhe passou procuração. Que responsabilidade! (...). A sua diária coluna cívica, de faróis altos, agora até mais bem escrita (é a Academia?), é um testemunho da sua presença, da sua recusa de se casar com o tédio e a depressão”.⁹ Castello não “se casou com o tédio”, escreveu sua coluna política até 1993, ano de sua morte aos 72 anos.

A “Coluna do Castello” e a Anistia de 1979

⁹ Otto Lara Resende. Rio de Janeiro, 26/06/1970. (FCRB/CCB).

Objeto de análise deste texto, a “Coluna do Castello” tornou-se uma das mais importantes referências do jornalismo político no Brasil, “café da manhã dos políticos brasileiros” (CHAGAS, 2006), a coluna era acompanhada pelas principais lideranças políticas e por aqueles interessados em acompanhar os meandros da política nacional. A opção pela “Coluna do Castello”, enquanto objeto de pesquisa, se dá não somente pelo fato de Castello Branco ter sido um dos principais jornalistas políticos de sua época, mas também devido sua coluna estar vinculada ao *Jornal do Brasil*, um dos principais jornais do período, impresso diário de circulação nacional.

O *Jornal do Brasil* foi um dos primeiros jornais a adotar as práticas discursivas advindas do jornalismo dos Estados Unidos a partir de 1950. O jornal adotou os critérios de objetividade jornalística, uma vez que visava substituir um modelo de jornalismo que possuía ênfase no comentário e na opinião, pelo modelo de jornalismo estadunidense, baseado na informação “objetiva” e “imparcial” da notícia (RIBEIRO, 2003). Castelinho, com sua escrita que parecia um “pedido para lavadeira”, escrita objetiva, presa ao cotidiano, enquadrava-se perfeitamente nesse novo contexto de inovação do jornalismo brasileiro.

Com critérios que valorizavam a informação e a objetividade jornalística, o *Jornal do Brasil* tinha um caráter conservador que se aproximava da perspectiva da elite. A “Coluna do Castello” era voltada, principalmente para a elite política e intelectual, era um lugar de mediação política. Castelinho tinha um lugar privilegiado enquanto jornalista do JB para mediar grupos à direita e à esquerda nos debates políticos. O colunista tinha um grupo de leitores seletos, isto é, era lido pelos políticos engajados.

Podemos perceber a circularidade da coluna entre a elite política engajada a partir das diversas cartas que Castello Branco recebia dialogando com suas publicações diárias. Os políticos respondiam, esclareciam fatos, se defendiam, corroboravam as afirmações de Castello e agradeciam por intermédio de cartas enviadas ao colunista, correspondências que por muitas vezes foram publicadas na íntegra pelo jornalista. Castello dialogava diretamente com os políticos, como podemos notar no fragmento abaixo:

Quanto ao núcleo da questão posta pelo Sr Célio Borja, em resposta a hipóteses por mim levantadas, lembraria apenas ao honrado representante do Rio de

Janeiro que, mesmo quando me aventuro a especulações e à formulação de hipóteses, não esqueço a lição segundo a qual o jornalista deve partir da informação relativa a fatos concretos. A consciência não me acusa de ter, no caso em debate, me afastado dessa norma de trabalho profissional. Não aponteí culpados, mas procurei identificar resíduos de um tipo de resistência, que o ex-presidente Geisel atribuí a "bolsões revolucionários, sinceros, mas radicais".¹⁰

O trecho citado revela, não apenas a interlocução que ocorria entre o jornalista e os políticos leitores, mas também demonstra o perfil do jornalista Castello Branco como um exímio observador. Castello era muito bem relacionado nos meios políticos, participava de reuniões políticas formais ou informais e tinha encontros freqüentes com políticos. Castelinho mais ouvia do que falava – muitos colegas afirmavam que sua voz era “pra dentro”, custava sair – era um observador, narrava os fatos cotidianos, a rotina, para, a partir daí, formular a sua interpretação. Segundo Grinberg (2011), Castello se identificava como um observador de “situações complexas, repetitivas, monótonas, mas apaixonantes”. Na rotina encontrava as chaves para a compreensão da política. Ao valorizar a rotina, Castello jogava luz nas mediações institucionais que constroem as lideranças, pela justaposição do quadro diário traçava o movimento do acontecido. Carlos Castello Branco compôs a memória no dia-a-dia, do que viu e ouviu.

Durante o governo de João Goulart, Castello Branco considerou a situação da política brasileira insustentável e, portanto foi favorável ao movimento de março de 1964 que depôs o presidente. Para Castelinho, Jango foi ingênuo e incapaz de fazer alianças com os militares insatisfeitos com o governo e suas reformas. Entretanto, pouco tempo depois, Castello começou a divergir do regime militar devido ao distanciamento do governo das propostas iniciais do movimento de 1964. Castello Branco passou a expressar suas desconfianças e descontentamentos em relação ao governo em sua coluna diária até o decreto do Ato Institucional nº 5 em 1968. Logo em seguida foi preso por 48 horas em Brasília e teve sua coluna suspensa por algumas semanas (FERREIRA, 2001). Ao voltar a circular, a “Coluna do Castello” passou por uma reformulação devido à censura, Castello teria de arranjar maneiras para transmitir as informações. Somente durante o governo Geisel, com o afrouxamento da censura a “Coluna do Castello” voltou a ser publicada com maior liberdade. Em 1979, Castelinho acompanhou todo o debate acerca da abertura do regime, sua coluna funcionou como um espaço de mediação enquanto o jornalista apontava as principais negociações em

¹⁰ Os militares e a anistia. 26/05/1979.

torno da transição democrática, isto é, o debate acerca da anistia, a formação dos partidos e as eleições diretas.

A partir da leitura da “Coluna do Castello” publicada ao longo do ano de 1979, podemos acompanhar o debate em torno da abertura política durante o governo de João Baptista Figueiredo e a sua principal medida durante tal processo, a anistia. Em janeiro, ainda durante o governo de Geisel, Castello Branco já apontava em sua coluna o cenário que vinha se formando para o próximo governo, segundo o colunista, os militares tinham compreendido que seu papel se esgotara no exercício de uma tutela destinada a velar pela ordem pública. O Brasil passava a reivindicar o direito de auto-governar-se (03-01-1979). O colunista apontou as expectativas para o novo governo:

A fase preparatória ao Governo do General João Baptista de Figueiredo provocou uma reversão de expectativas. Ao pessimismo que acompanhou todo o processo de sua escolha e projetou um quadro de dificuldades para o futuro segue-se um crescente otimismo, estimulado pelo futuro Presidente, no seu compromisso democrático, e por seus ministros, em declarações públicas e em conversas nem sempre publicáveis. Ainda se prevêem resistências e dificuldades, dada a natureza dos problemas a enfrentar e admitida à sobrevivência de um inconformismo militar residual. Mas o fato é que os homens que estão na vanguarda do próximo Governo, nas suas análises, mostram-se confiantes não apenas nos resultados do esforço administrativo programado, mas, sobretudo na renovação das estruturas políticas, com o aceleração das medidas graduais de normalização democrática. O clima em Brasília é hoje mais de esperança do que de maus presságios, e esse é o primeiro fruto da catequese da equipe que se prepara para governar.¹¹

Diante do clima de otimismo, havia também a pressão pública que o governo militar vinha sofrendo nacional e internacionalmente para que ocorresse uma abertura política do país, Castello apontou que a transição viria do alto após os próprios militares perceberem que era chegada a hora da abertura, porém a proposta do governo era de uma abertura gradual, no “limite do possível”.

Em 17 de janeiro Castello fez um levantamento das prioridades do novo governo que se instalaria:

A anistia parece, à primeira vista, mais urgente, para atender ao problema gerado pelo retorno dos exilados e asilados e seu reingresso pacífico na sociedade política. Há ainda uns poucos cassados vítimas da fase final das contradições internas do sistema. Mas a anistia, que já se sabe não será ampla e irrestrita, pelo menos numa primeira etapa, fere ainda a suscetibilidade dos

¹¹ **A Anistia e o Terrorismo.** 28/01/1979. Coluna do Castello. Carlos Castello Branco. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br>

bolsões sinceros, mas radicais já identificados pelo Presidente da República. Por isso mesmo poderá não ser a prioridade primeira.¹²

Para Castello o gradualismo era uma estratégia da distensão definida pelo General Golbery do Couto e Silva, portanto, Figueiredo herdaria o gradualismo de Geisel no que se refere à abertura política do país. Para além da pressão da sociedade, segundo Glenda Mezarobba (2006) a Lei da Anistia inseria-se em um conjunto de estratégias traçadas pelo General Golbery do Couto e Silva que pretendia acabar com o bipartidarismo precedido pela anistia. Já em janeiro de 1979 Castello Branco indicava que a anistia era tema delicado que gerava grande polêmica nos meios militares, trazendo descontentamento entre os mais radicais. Castello apontou que a anistia estava diretamente ligada ao debate acerca da lei Orgânica dos Partidos, visto que a medida geraria o retorno da oposição aos quadros políticos, o retorno dos exilados políticos poderia não apenas minar a oposição, fragmentando-a, mas também acabar com a maioria governista no Congresso. Sobre o possível retorno de lideranças políticas como Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola anistiados, Castello apontou que pelo menos Leonel Brizola deveria ser bem vindo à convivência política, na medida em que sua presença poderia decorrer o aceleração da desagregação das oposições.¹³

Nesse sentido, Castello relaciona diretamente a anistia com a reforma partidária e a reorganização da política brasileira. Na perspectiva do colunista político, a anistia correspondia ao plano do governo de fragmentar a oposição. Figueiredo passou a ver no retorno dos exilados uma oportunidade de dividir o MDB, não pretendia trazer de volta ao Brasil a oposição exilada sem antes acabar com o sistema bipartidário. Como bem percebeu Castello Branco, era assim que o governo trataria de desagregar a oposição, que vinha crescendo e ameaçando o governo militar. Após meses de especulações em torno do tema, às vésperas da apresentação do anteprojeto pelo Ministro da Justiça, Castello conclui que, de fato, a anistia era parte de um plano de transição controlada,

No entanto, a anistia, colocada como prioridade número um das reformas políticas deste Governo, instalará a querela no seio do MDB e retirará ao Partido uma das suas motivações de unidade. O Ministro da Justiça parece ter equacionado com eficiência a cronologia daquelas reformas, pois, logo que concedida a anistia, dificilmente precisará enviar ao Congresso projeto de lei dissolvendo os Partidos existentes. A desintegração do MDB, que, em determinado momento, se afigurou remota, pela demonstração de lealdade das suas diversas correntes à direção única, poderá ocorrer pela liberdade

¹² Reformas em “Pacotes”. 17/01/1979.

¹³ Anistia como preliminar. 18/05/1979

reconquistada individualmente pelos opositores para definir sua própria identidade política.¹⁴

O governo empenhava-se em demonstrar que a anistia era uma espécie de “dádiva” concedida pelo Presidente da República aos brasileiros, mas, como bem apontou Castello Branco, a anistia era, muito mais, uma manobra político-partidária.

Desde janeiro as diretrizes da anistia estabelecidas pelo governo já eram conhecidas, o novo ministro da justiça, Petrônio Portella, analisaria os problemas da anistia no Brasil levando em conta as diretrizes já traçadas pelo governo. Estava claro que a anistia não seria ampla e irrestrita, seria limitada a crimes políticos excluindo os “terroristas”, isto é, aqueles que cometeram crimes contra a humanidade como assassinatos e assaltos à bancos e empresas. E 25 de janeiro Castello sinaliza um certo conformismo com o projeto traçado pelo governo: “Ainda que com ressalvas, a Oposição dificilmente bloquearia um projeto de anistia, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República e que iria beneficiar centenas de pessoas punidas por delitos políticos”.¹⁵

A Constituição de 1969 estabelecia que a anistia era uma prerrogativa do poder Executivo, portanto caberia ao Presidente da República apresentar o projeto ao Congresso. Castello destacava que caberia à oposição apenas propor emendas ao projeto para modificá-lo antes de aprovado no Congresso, todavia, o jornalista esperava que a ARENA votaria a favor do projeto do governo enquanto o MDB se contentaria com as diretrizes do governo, uma vez que “seria um contra-senso recusar o bom e insistir no ótimo” (CCB, 29/01/1979). Portanto, Castello sinalizou que o MDB correria o risco de desagregação se pusesse em perigo a proposição governamental gerando o descontentamento de um agrupamento político ansioso por liberdade e retorno às atividades políticas. Apesar do descontentamento do MDB em relação à exclusão dos “terroristas” da anistia, o partido já apontava entender-se no dever de aceitar o projeto do governo. Segundo Castello, dificilmente a bancada da Arena aprovaria qualquer emenda do MDB. O projeto deveria “ser aprovado tal como o enviar ao Congresso o Presidente da República” (CCB, 06/06/1979).

Em abril de 1979, passadas as discussões iniciais sobre a anistia, Castello destacou que o governo ainda não apresentara o projeto para ser votado pelo Congresso devido às sucessivas greves que vinham ocorrendo no país, o presidente temia o retorno

¹⁴ Desintegração após anistia. 07/06/1979

¹⁵ O desafio aceito por Portella. 25/01/1979

de lideranças políticas que agravariam ainda mais os movimentos grevistas. Castello parece compreender o atraso do governo no que se refere ao projeto de anistia:

Insistimos em dizer, segundo fontes oficiais, que as previsões quanto à data da anistia são aleatórias. Definido o seu alcance, a forma lhe será dada em algumas horas e assim tanto a nação poderá ter a anistia esta semana como daqui a alguns meses. O interesse do Governo seria propô-la o mais cedo possível, mas comunidade de informações pôs o Presidente alerta quanto a uma alegada presença comunista nos movimentos grevistas.¹⁶

O trecho revela que a transição democrática proposta pelo governo seria mais lenta e gradual do que muitos supunham, o temor ao comunismo ainda era presente, tanto que mesmo que os comunistas retornassem ao Brasil anistiados, estariam proibidos de se reunir em virtude de sua “ideologia internacional”. Luiz Carlos Prestes, diante de tais termos, destacava que mesmo anistiado não poderia voltar ao Brasil, pois não conseguiria se reunir com seus amigos sem ser acusado de estar promovendo reunião política comunista, visto que todos os seus amigos eram, de uma forma ou de outra, ligados à tal ideologia. O governo propunha uma anistia sem a suspensão da Lei de Segurança Nacional, portanto, como apontou Castello Branco, tal lei seria um regulador da transição. Os exilados políticos voltariam, mas só se reorganizariam à “medida do possível” e, para o colunista político, tais possibilidades de reorganização seriam traçadas de acordo com os interesses do governo que visava a fragmentação da oposição. Mas Castello mencionou a afirmativa de Luiz Carlos Prestes diante das pretensões do governo brasileiro: “O Sr Prestes, por outro lado, insiste em que não considera que haja qualquer pessoa no Brasil tão ingênua para supor que a esta altura da sua vida não irá ele lutar novamente pela legalização do Partido Comunista”.¹⁷

Em maio daquele ano Castelinho mostrava-se impaciente com a demora do governo em apresentar o projeto de anistia ao Congresso, o colunista insunava que os impecilhos vinham das alas mais radicais do Exército, uma vez que já não havia a ameaça das greves. Enfático, Castello apontou que estavam desacelerando o processo “ou vem a anistia ou nada virá e o compromisso do Governo é a anistia, com exclusão das pessoas acusadas de praticarem crimes de sangue” (CCB, 25/05/1979). Entretanto, o jornalista não questionou a exclusão dos já condenados e dos considerados “terroristas”, para ele ao contrapor-se à tal exclusão, o MDB apenas prolongava o processo e atrasava o retorno dos exilados, o governo já tinha traçado as diretrizes da anistia desde janeiro,

¹⁶ **A anistia na sua essência.** 22/04/1979.

¹⁷ **Anistia como conciliação.** 20/07/1979.

restava à sociedade e à oposição aceitar o projeto. A “Coluna do Castello” revela certa incredulidade nas negociações acerca da anistia, segundo o jornalista, o governo traçou as diretrizes e esperou a reação em cadeia, bastava o Ministro Petrônio Portella redigir o projeto, uma vez que já conhecia com minúcias o pensamento presidencial sobre a matéria. Em 26 de maio Castello Branco escreveu com certo otimismo:

Mas afinal estamos com a anistia à porta, e isso é o que vale. O Presidente Figueiredo já não tem dificuldades a invocar e a anistia pode vir amanhã como até mesmo pode ter vindo ontem. Os 30 minutos do Ministro Petrônio Portella serão afinal usados, se é que já não o foram, para redigir o projeto da anistia, incluindo, ou não, a revogação das punições políticas, como o afastamento de professores e pesquisadores das universidades e dos estabelecimentos científicos, etc.¹⁸

Para o jornalista o que importava era a anistia, fosse ela restrita, ou não. Admitia que a medida fazia parte de uma estratégia de abertura controlada pelo governo. Em seu artigo do dia 27 de maio Castelinho apontou que a anistia, “nunca houve dúvidas a respeito, sairá segundo a conclusão longamente amadurecida no espírito do General Figueiredo” (CCB, 27/05/1979).

Em junho o anteprojeto de anistia foi enviado ao Congresso. A tão esperada anistia era proposta com restrições que geraram longos debates. O Presidente propunha anistiar os acusados de “crimes políticos”, excluía os que fizeram luta armada e já haviam sido condenados – acusados de crime de sangue – e anistiava os crimes conexos, isto é, os torturadores, agentes do governo, não poderiam ser julgados por seus atos. “A Revolução não se deixará julgar”, como afirmou Castello Branco, mesmo não admitindo mais a repressão, Figueiredo não aceitaria uma reavaliação do “passado revolucionário”, o projeto de anistia seria traçado como uma auto-anistia do governo. Para Castello, diante da incapacidade do MDB de investigar o passado ou montar uma comissão parlamentar para isso, restaria à oposição aceitar o silêncio sobre o passado.

O conteúdo do anteprojeto já era bem conhecido, desde janeiro o governo já tinha apontado suas restrições. Após diversas emendas apontadas pela oposição, prevaleceu o conteúdo proposto pelo governo, como afirmou Castello Branco, os limites da anistia foram definitivamente traçados pelo Presidente, no Congresso a base governista seria a guardiã da abrangência da anistia definida pelo governo, ninguém mais entraria nela. O Presidente era incansável ao vetar os que fizeram luta armada, para

¹⁸ Os militares e a anistia. 26/05/1979.

Castello, uma “injustiça, embora tenha lá a sua lógica” (CCB, 04/07/1979). O jornalista apontou que as discussões sobre os “terroristas” excluídos da anistia por terem cometido crime contra a humanidade, assim como a reciprocidade da anistia que abrangia os “crimes conexos”, gerariam um debate futuro, portanto aquele não era o momento de resolver o impasse, que a responsabilidade ficasse para o futuro. Naquele momento a preocupação não estava especificamente centrada nos torturados e torturadores, mas na questão partidária, era a anistia “possível”.

A anistia está em debate, será concedida e, com as reservas persistentes, na realidade não pode ser considerada desprezível na medida em que devolve à vida ativa, importantes lideranças políticas, embora não esqueça a ação de desespero a que se lançaram alguns jovens no curso do processo de guerrilhas. Mas o que o Governo já pode fazer nesse terreno ainda não o pode fazer para clarear a situação daquelas pessoas oficialmente dadas como desaparecidas. Os desaparecidos continuarão a ser um aparente mistério para os contemporâneos e uma página negra a ser revelada pela História.¹⁹

De fato, esta é uma página da História que o país ainda tenta resolver após mais de três décadas de anistia. Castello deixou clara a sua visão de que aquele era um tema que geraria grande polêmica e debate atrasando a votação do projeto. Os exilados tinham pressa, era preciso anistiar para que voltassem ao cenário político, mesmo que muitos ficassem de fora do benefício, como afirmara Figueiredo, e Castello concordava, “não há anistia sem injustiças.”

Apesar de apontar as manifestações contra o projeto de anistia, Castello demonstrou uma certa indiferença em relação aos protestos acerca das restrições. Ao citar o protesto do Cardeal Arns para que os torturadores não fossem anistiado, Castello afirmou que a anistia já teria a sua rota traçada desde janeiro, pouco adiantariam as manifestações públicas, era melhor contentar-se com o “bom”, pois as poucas mudanças que ocorreriam no projeto seriam em relação ao tempo de abrangência dos beneficiados, mas não em relação aos delitos. Para o colunista, o governo poderia fazer com que sua bancada, adotasse algumas modificações que atenderiam parcialmente a protestos que se iam produzindo, salvo no que se refira ao núcleo central do projeto.

Em agosto, colocado em votação o projeto, Castelinho retomava a questão partidária:

¹⁹ Onde pára a curiosidade. 18/07/1979.

o MDB não quer que seja concedida, contrariamente ao seu voto, a anistia a dirigentes políticos no exílio, os quais, voltando ao país por um ato de graça do Governo, e só do Governo, se sentirão mais à vontade para tomar posições individuais sem levarem maior consideração a sobrevivência do MDB.²⁰

A oposição preconizava participação na anistia, aprovava o projeto do governo, mas insistia na necessidade de continuidade da campanha pela ampliação da medida. Segundo Castello, a “luta prosseguirá noutro plano, já então com a colaboração dos que, ao longo de 15 anos, sofreram a experiência da exclusão do país” (CCB, 09/08/1979).

Com a aprovação do projeto, Castello considerou a anistia concedida pelo governo como uma evolução, pois à princípio o Presidente queria apenas revisar os processos, porém, como destacou o jornalista, isso se tornou inviável, uma vez que durante o regime as pessoas eram julgadas pelo arbítrio. Em agosto de 1979 eram devolvidos ao solo nacional centenas de exilados políticos, dentre eles grandes adversários do regime militar. Apesar de representar uma evolução, Castello não deixou de apontar que a anistia gerou um sentimento de frustração na opinião pública e dissipou o otimismo inicial em relação ao governo de Figueiredo: “A greve de fome de dezenas de jovens presos emocionou a opinião pública e terá causado, pelas suas repercussões, danos muito graves que retirarão da aprovação do projeto do Governo, o sabor de uma primeira grande vitória do Presidente”(CCB, 23/08/1979). Castello tinha razão, a anistia, tão almejada no Brasil, acabou gerando uma insatisfação pública devido às suas restrições, insatisfação que promove debates até a atualidade. Um bom exemplo da insatisfação legada pela anistia de 1979 é a implantação da “Comissão da Verdade” no início de 2012.

Em seu artigo de 23 de agosto, o jornalista afirmou:

A campanha continuará. A anistia não produziu todos os seus efeitos em favor da conciliação, mas terá, por outro lado, conseqüências políticas, que irão fazer com que se acelere rapidamente o processo de implantação de instituições democráticas no país. A volta dos exilados dará a oportunidade ao Governo de medir o impacto da reassimilação das lideranças anteriores a 1964 no exercício ativo e público da atividade política. O problema do Governo será acompanhar o processo, enfrentá-lo e absorvê-lo com a mesma paciência com que tem sabido absorver as turbulências sociais. A anistia foi um grande passo, com todos os problemas que deixa, na sua cauda, inclusive o de impedir que o Presidente frua dela os efeitos imediatamente favoráveis ao papel que procura desempenhar de conciliador da nação e de restaurador das liberdades civis.²¹

²⁰ O MDB deverá votar pela anistia. 09/08/1979.

²¹ Anistia e suas frustrações. 23/08/1979.

A anistia era um começo, um primeiro ato não só em direção à anistia geral, mas também em direção à conciliação nacional, Castello considerou a aprovação do projeto do governo como um primeiro passo para que o Brasil retornasse aos ideais democráticos, segundo ele, ideais que estavam presentes em 1964, os militares desviaram-se do caminho, mas em 1979 – com a aprovação da anistia – retornaram à “estrada real”. Com o agendamento da “anistia ampla”, o passado persiste.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NARXARA, Márcia (orgs). *Memória e (Res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 283-308.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *A Coluna do Castello*. Jornal do Brasil, 1979. Disponível em: <http://www.carlostcastellobranco.com.br>

Castello 50 anos de jornalismo. *Entrevista cedida à Adriana Zarvos*, em 1986, editada por Luciano Trigo.

CHAGAS, Carlos; CASTRO, Pedro Jorge (org.). *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*. Brasília: Senac, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Carlos Castello Branco*. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

GRINBERG, Lúcia. *O jornalismo político de Carlos Castello Branco: imprensa e engajamento*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

LACAPRA, Dominick. Repensar La historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elias José. *“Giro lingüístico” e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 237-293.

PEREIRA, Francelino. *Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n°. 31: 147-160, 2003.

SENADO FEDERAL. *Castello: 40 anos de jornalismo*. Vários autores. Brasília: Senado Federal, s/d.